

## **Transcrição da contribuição em vídeo de**

Glaucius Oliva

Academia Brasileira de Ciências

Olá, Sou Glaucius Oliva, professor e pesquisador na Universidade de São Paulo e vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências na Regional de São Paulo. No âmbito da Academia Brasileira de Ciências, eu tenho coordenado um grupo de trabalho sobre a questão das publicações em acesso aberto, seus custos e o problema relacionado ao crescimento exponencial de revistas científicas chamadas de “predatórias”.

Eu quero começar por algumas afirmações. Primeiro, todo o progresso humano está diretamente relacionado ao avanço do conhecimento pela ciência. Informação e conhecimento são os dois principais componentes do patrimônio das nações no século XXI. Todos, essencialmente todos os grandes desafios das nações e da humanidade em geral—em saúde, alimentos, energia, ambiente, sustentabilidade, superação de desigualdades, emprego, etc.—só terão respostas pela ciência e pela educação.

Todos os países líderes em desenvolvimento humano, econômico e social mantêm sistemas estruturados de educação, ciência e tecnologia que compreendem apoio equilibrado a toda a cadeia do conhecimento, desde a ciência básica às aplicações tecnológicas e inovação. Os investimentos em pesquisa são, na sua grande maioria, públicos ou oriundos de fundos privados sem fins lucrativos. Toda a pesquisa se inicia com uma ideia nova, formulada à luz dos conhecimentos anteriores já estabelecidos e com vistas à solução de um problema ou mesmo movida pela curiosidade.

Segue-se a estruturação da proposta, a obtenção de recursos para seu financiamento, a realização da pesquisa propriamente dita, com todos os cuidados relativos à ética e à integridade científica, e, finalmente, a divulgação dos resultados alcançados para devida avaliação por pares, que garante a qualidade da pesquisa realizada e as conclusões emitidas. Nesse sentido, não há dúvidas de que o gigantesco avanço da ciência e da tecnologia na história recente tem sido fruto de um sistema global que compreende a tríade.

Um: instituições e pessoas dedicadas a fazer ciência. Dois: seu fomento com recursos públicos e privados. E três: um sistema de pesos e contrapesos, checks and balances, que avalia a qualidade e os resultados da pesquisa. Digo isso para reafirmar que a comunicação acadêmica faz parte integral do processo da pesquisa, seja em congressos e reuniões científicas ou, principalmente, pelo consagrado sistema de publicações científicas em revistas especializadas, com revisão por pares, seletiva e rigorosa. Naturalmente, um sistema robusto de publicações científicas com qualidade tem custos.

Até recentemente, ou seja, até a virada do presente século, o sistema de publicações funcionou basicamente com o pagamento pelas assinaturas para leitura das revistas científicas, assinaturas essas providas pelas instituições acadêmicas e/ou agências de fomento. No entanto, no presente século, tem se consolidado a compreensão de que os resultados das pesquisas financiadas com

recursos públicos e expressos nas publicações científicas devem ser imediatamente disponibilizados em acesso aberto a todos os cidadãos.

Um direito óbvio daqueles que contribuíram com seus impostos ou doações para o seu financiamento. Essa premissa básica desembocou na pressão dos países que mais produzem ciência no mundo para que todas as revistas façam a transição completa para o acesso aberto, no qual os custos das revistas científicas transicionem do modelo de pagamento por leitura para o pagamento por publicação.

Dois problemas graves têm sido gerados em função dessa transição. Um: por um lado, as taxas cobradas dos autores pelas editoras para publicação de seus trabalhos se tornaram exorbitantes, representando um custo absurdo para os pesquisadores e instituições acadêmicas, o que afeta desproporcionalmente os países em desenvolvimento, nos quais os recursos para pesquisa são ainda escassos. E dois: por outro lado, o modelo de negócio altamente lucrativo das revistas científicas resultou na explosão do número de revistas científicas com práticas editoriais sem qualidade, e assim classificadas como “predatórias”.

Uma vez que ativamente buscam e pressionam os cientistas a submeter e obviamente pagar os trabalhos para serem publicados, frequentemente sem nenhuma revisão de qualidade, os quais têm pouco ou nenhum valor científico e poluem doentamente o corpo do conhecimento da humanidade, consolidado nas publicações científicas. Nesse sentido, é fundamental que países e suas agências de fomento utilizem esse momento de transição oferecido pelos acordos transformativos com as editoras para superar esses dois problemas que citei: o custo abusivo das taxas e publicação em acesso aberto, e a proliferação epidêmica de revistas científicas predatórias que não pagam pela pesquisa nem por redação e avaliação por pares e cobram valores expressivos, em alguns casos abusivos, para a última etapa do processo, que é gerenciar o processo de revisão editoração final dos trabalhos científicos e sua disponibilização em portais digitais de amplo acesso.

No Brasil, essa questão vem sendo conduzida pela CAPES de forma ampla e participativa. Importante ressaltar que a CAPES criou, no final do século XX, o principal instrumento de democratização e acesso a publicações científicas, com estabelecimento do fantástico Portal de Periódicos, através do qual a grande maioria das publicações científicas de todo o mundo podem ser lidas pelos pesquisadores brasileiros de qualquer região ou localização no país imediatamente após sua publicação.

O custo disso é integralmente coberto pelo Tesouro Nacional, com valores de assinaturas negociados com todas as editoras em valores compatíveis com a realidade dos recursos públicos disponíveis. Apresenta-se agora a necessidade deste sistema evoluir dos modelos “pague para ler” para “pague para publicar”, com acordos transformativos que tirem das costas dos pesquisadores brasileiros o custo direto das APCs. A Academia Brasileira de Ciências, a qual aqui represento, tem discutido amplamente essa questão, que resultou nas seguintes recomendações para a condução desse processo pela CAPES.

Primeiro, para os pesquisadores, nós precisamos mudar nossa cultura editorial, adotando com mais frequência o uso de pré-prints, publicações em acesso aberto tipo green e periódicos

acessíveis ou mesmo gratuitos de acesso aberto, no estilo diamond, ou diamante, sempre que possível. Preferir publicar em periódicos com conselhos científicos e editoriais sólidos e ativos e ligados a sociedades científicas e universidades de classe mundial.

Evitar as revistas que utilizam práticas editoriais predatórias, que existem com o único objetivo de lucro e não a divulgação de resultados de pesquisa de alta qualidade e promoção do conhecimento. Essas revistas convidam você a pagar para publicar ou atuar como editor ou convidado de números especiais para você convidar outras pessoas e pagar para publicar. Não tem conselho editorial ou mesmo falsos editores.

Autores pagantes sempre terão seus papers ou trabalhos aceitos. Os fatores de impacto dessas revistas são artificialmente inflados, com exigência de inclusão de citações de artigos da mesma revista. Para as agências, universidades e instituições de pesquisa, as recomendações são repensar e revisar as atuais políticas de avaliação científica, valorizando a qualidade editorial da revista mais que nomes de marca ou fator de impacto.

Agências deveriam ter políticas de monitoramento de revistas de acesso aberto sem qualidade e, portanto, predatórias. Somente revistas com boa qualidade editorial devem ser incluídas nos acordos transformativos. E a ABC, a Academia Brasileira de Ciência, se coloca à disposição para ajudar no processo de seleção das boas revistas. Agências deveriam ter políticas de incentivo ao acesso aberto, tipo green/verde, como pré-prints e pós-prints, e não achamos recomendável que nenhuma agência nacional deva assinar o Plan S, que pode trazer obrigações das quais nós não tenhamos capacidade de cumprir.

Negociar com as editoras a transição para Read & Publish por preços equivalentes ao que já é pago pelas assinaturas no Portal de Periódicos e, idealmente, evitar que agências estaduais ou locais assinem acordos de Subscribe to Open, apesar de algumas estarem pagando a APCs atualmente, pois neste caso perde-se o poder de barganha em menor número. Nós temos que pensar em modos de atuação com outros países em desenvolvimento, da América Latina, por exemplo, para melhorar os preços alcançados nos acordos, e também apoiar o desenvolvimento das melhores revistas brasileiras para equipará-las em qualidade editorial às boas revistas internacionais com acesso aberto modelo diamante via sistema SciELO.

Nas negociações dos acordos transformativos com as editoras, pressionar por transparência nos acordos de Read & Publish internacionais para se balizar os preços aqui, evitar cotas de artigos por revista que perpetuem as desigualdades regionais, pela atuação de cientistas ativos no país e fazer campanha permanente para que as APCs por pesquisadores individuais tenham um forte desconto para países de economias médias, assim como as de economias de pequeno porte.

Uma opção, nesse caso, seria negociar para que os pesquisadores do Brasil paguem APCs em valor proporcional ao PIB per capita quando comparados aos países ricos. Esses são alguns dos pontos que temos discutido e acreditamos fortemente que a discussão desse assunto em fóruns como este workshop contribuem sobremaneira para a solução destes problemas.